



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

Rua Alberina Pessoa, 51 – Centro - 35179-000 - MG

(31) 3251-6341 - (31) 3251-6338

<https://www.santanadoparaíso.mg.leg.br>

## PARECER JURÍDICO

### Breve Relato:

Refere-se sobre solicitação de parecer jurídico, sobre os aspectos formais de admissibilidade da matéria, referente ao **Projeto de Lei nº 1405/2025**, de autoria de vereador desta casa, com a seguinte ementa ***"Dispõe sobre a leitura da bíblia como recurso paradidático nas escolas da rede pública e particular de ensino no município de Santana do Paraíso."***

### Considerações Técnicas:

Quanto a iniciativa para proposição da matéria que autoriza em caráter pedagógico a leitura da bíblia em escolas públicas e privadas, é vasta a Jurisprudência dos Tribunais no sentido da inconstitucionalidade da matéria, proposta pelo legislativo, como na **Ação Direta de Inconstitucionalidade, nº 0805997-05.2021.8.15.0000**, proposta em desfavor da Lei do Lei Nº. 7.280, de 17 de julho de 2019, do **Município de Campina Grande**, que **impõe a leitura bíblica obrigatória nas escolas públicas municipais de iniciativa parlamentar, em que o Tribunal Pleno julgou procedente o pedido, e declarou a inconstitucionalidade formal e material da Lei.**

No mesmo sentido o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, declarou a **inconstitucionalidade formal e material da Lei Municipal nº 2.166/2020, do Município de Xangri-lá, que torna obrigatória a leitura bíblica nas escolas públicas do Município. "Inconstitucionalidade formal orgânica. Lei de autoria parlamentar. Normativa que viola competência legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre as atribuições das Secretarias e órgãos da Administração Pública. Interferência direta nas atividades das escolas, órgãos públicos, e na atuação dos professores, agentes públicos municipais, todos vinculados à Secretaria Municipal de Educação.**

Também o TJSP julgou procedente **Ação Direta de Inconstitucionalidade 2166706- 41.2020.8.26.0000**; proposta contra a Lei no 5.824, de 20 de dezembro de 2019, do Município de Barretos, Relator (a): Elcio Trujillo Data do Julgamento: **16/03/2022**; Data de Registro: 17/03/2022), de iniciativa parlamentar, que "institui o ensino do estudo da Bíblia como componente curricular obrigatório e dá providências correlatas" Configurado o vício de iniciativa.

No mesmo sentido o TJMG- **Processo: 1.0000.24.517277-0/0000**, Julgamento realizado em **19/03/2025** data da publicação: **20/03/2025**, julgou procedente a **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** proposta pelo **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais**, em face do artigo 20, § 1º, inciso I, e 85, inciso III, da Resolução nº 31/2002 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Uberlândia), que dispõem sobre a leitura de um versículo bíblico antes da abertura das reuniões ordinárias da referida Câmara Municipal

PROTOCOLADO  
30 / 04 / 2025  
JPR/ivo  
SECRETARIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO/MG



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

Rua Alberina Pessoa, 51 – Centro - 35179-000 - MG

(31) 3251-6341 - (31) 3251-6338

<https://www.santanadoparaíso.mg.leg.br>

O STF no julgamento da ADI nº5256, declarou inconstitucionais dispositivos da lei 2902/2004 do Mato Grosso do Sul, que tornava obrigatória a manutenção de bíblias em escolas da rede estadual e biblioteca públicas “ o Estado não pode manifestar de maneira oficial, predileção por qualquer denominação religiosa. O princípio da laicidade do estado não impõe a supressão da expressão religiosa, mas veda o tratamento discriminatório ou favorecimento de determinada facção organizada ou grupo.

O STF no julgamento da ADI nº 4.439, que tratava da constitucionalidade do ensino religioso nas escolas públicas, entendeu que as regras referentes à liberdade religiosa e à laicidade do Estado deve visar o equilíbrio entre os dois preceitos. *“O Estado laico não incentiva o ceticismo, tampouco o aniquilamento da religião, limitando-se a viabilizar a convivência pacífica entre as diversas cosmovisões, inclusive aquelas que pressupõem a inexistência de algo além do plano físico”, ressaltou, acrescentando que não cabe ao Estado incentivar o avanço de correntes religiosas específicas, mas, sim, assegurar campo saudável e desimpedido ao desenvolvimento das diversas cosmovisões.*

### Conclusão:

Em conformidade com a jurisprudência dominante e com as decisões acima discriminadas, opino pela inconstitucionalidade formal do **Projeto de Lei nº 1405/2025**, por conter **vício de iniciativa**.

S.M.J; este é o parecer.

Santana do Paraíso, 30 de abril de 2025.

  
Lilian Maria Miranda Oliveira  
Advogada Câmara Municipal  
OAB 93.320